

A festa no projeto nacional: o drama social venezuelano, da questão regional ao Centenário de Simon Bolívar (1883)

La fiesta en el proyecto nacional: el drama social venezolano, de la cuestión regional hacia el Centenario de Simon Bolívar (1883)

Matheus Amilton Martins

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

matheus_amilton@hotmail.com)

Resumo: O presente trabalho tem como intenção discutir o papel das festas do Centenário de Simon Bolívar em Caracas (1883) no cenário político venezuelano pós-Guerra Federal (1859-1863). Passadas as consequências mais imediatas desse conflito, a ascensão de Antonio Guzmán Blanco ao poder (1870) possibilitou a implementação de um projeto nacional dedicado a superar a desorganização político-administrativa relativa à questão regional. Valendo-se do conceito de “drama social”, proposto por Victor Turner, busca-se entender a escalada da crise que o *guzmanato* propõe encerrar, dando atenção ao papel político ativo das festividades como tentativa de estabelecer o desfecho para os antagonismos instaurados.

Palavras-chave: Festas cívicas bolivarianas; Guzmanato; Questão regional-nacional

Resumen. En este trabajo se pretende analizar la función de las celebraciones del Centenario de Simón Bolívar en Caracas (1883) en la escena política venezolana post-Guerra Federal (1859-1863). Tras las consecuencias más inmediatas de este conflicto, el ascenso de Antonio Guzmán Blanco al poder (1870) permitió la ejecución de un proyecto nacional dedicado a la superación de la desorganización política y administrativa relativas a la cuestión regional. Basándose en el concepto de “drama social”, propuesto por Victor Turner, se quiere comprender la magnitud de la crisis que el guzmanato propuso poner fin, en especial el papel político activo de las fiestas como un intento de crear un desenlace a los antagonismos establecidos.

Palabras Clave: Fiestas cívicas bolivarianas; Guzmanato; Cuestión regional-nacional

Abstract: This paper aims to analyze the role of the Centenary celebrations of Simon Bolivar in Caracas (1883) on the post-Federal War (1859-1863) Venezuelan political scene. Past the immediate consequences of this conflict, the rise of Antonio Guzman Blanco to power (1870) enabled the implementation of a national project dedicated to overcoming the political and administrative disorganization related to the regional issue. Based on the concept of "social drama", proposed by Victor Turner, this study seeks to understand the escalating crisis that the *guzmanato* proposed to end, paying attention to the active political role played by the festivities as an attempt to shape the outcome to the initiated antagonisms.

Keywords: Bolivarian civic festivities; Guzmanato; Regional/national question

1. Um velho problema em nova perspectiva

Desde a da década de 1870 foi posto em marcha, na Venezuela, um projeto nacional liberal, com o intuito de integrar o país e vinculá-lo ao sistema capitalista em escala global. A superação desse desafio, encabeçada pelos sucessivos períodos de governo do autocrata Antonio Guzmán Blanco – *Septenio* (1870-1877); *Quinquenio* (1879-1884); e *Aclamación Nacional* (1886-1888) –, consistiu em enfrentar o legado de um contexto de crises políticas: uma Venezuela dilacerada por guerras civis e desorganizada administrativamente pela malfadada experiência federalista, que amplificou os poderes locais em detrimento do governo central. Não à toa, que a historiografia venezuelana, tende a caracterizar o período de governo de Guzmán como momento de consolidação do Estado Nação Moderno na Venezuela, tomando as quase duas décadas de sua hegemonia política – apelidadas de *guzmanato* – por suas mediações a fim de contornar as soberanias regionais, fortalecendo o Nacional e as instituições republicanas.

O presente artigo tem por intenção descoser um marco político discretamente debatido nas análises de estudiosos da temática, através de um viés pouco explorado: as festas do centenário de Simon Bolívar de Caracas em 1883, inseridas no debate político do projeto nacional do *guzmanato*. De maneira que busco compreender como essa forma de ação performativa estabelece uma tentativa de legitimar uma resolução política para as querelas sociais postas em evidência. As análises de estudiosos, do culto bolivariano e do imaginário político venezuelano, como Carrera Damas (2003), Plinio

Iturrieta (2003), Ana Teresa Torres (2009) e Reinaldo Rojas (2011) – cada qual em seus termos – tendem a perceber essas efemérides como representações ideológicas do regime, e, com isso, voltam-se para uma desvinculação entre rito e mito, sobrepondo a interpretação do segundo em relação ao primeiro. Nossa atenção, por outro lado, se desdobra sobre o potencial de encarar as festas como forma de comunicação, ressaltando seu papel ativo no apaziguamento dos conflitos estabelecidos. Dessa forma encaramos rito-mito como um binômio indissociável na composição da performance festiva, cujo sentido e significado não podem ser apreendidos fora do contexto no qual se inserem.

Para tanto, nos valem do dispositivo antropológico elaborado por Victor Turner para entender e analisar manifestações de conflitos sociais, dando atenção para a ação simbólica no interior do debate público. Seu conceito de “drama social” pode ser entendido como um padrão de situações – as quais chama fases – que se repetem em circunstâncias de conflitos sociais. Em sua composição mais simples: ruptura; escalada da crise; reparação; e reintegração ou aceitação da cisão permanente (TURNER, 2008, p. 33-37).

É necessário reiterar que não há rigidez etapista no processo, e que suas fases podem ter variações e pesos distintos no drama (TURNER, 2008, p.72). Além disso, a leitura perspectivada pelo conflito propõe um papel político ativo das festividades como tentativa de estabelecer o desfecho para os antagonismos instaurados, na medida em que têm possibilidade de pautar publicamente a conciliação entre partes contrárias. Tendo em vista a constância do elemento “conflito” nas sociedades, e levando em conta que muitos dramas sociais sequer chegam a uma resolução (TURNER, 2008, p. 28), esse instrumento nos possibilita encarar a festa como parte de um fenômeno social inacabado, uma proposição de finalização em meio a debates ainda correntes. Assim ponderamos a efeméride no meio político, atentos às continuidades e rupturas de seus discursos e ações. A seguir oferecemos alguns comentários, orientados por esse aporte, sobre as relações entre o centenário de Bolívar e o drama social venezuelano.

2. O projeto nacional e as elites regionais

No decurso do *guzmanato*, a Venezuela experimentou um momento de estabilização da administração pública que sucedeu aos anos de “anarquia” governamental pós-Guerra Federal. A conjuntura pós-crise deu margem ao debate do

projeto nacional venezuelano que incidiu principalmente sobre: 1. A reorganização da composição interna das soberanias, no bojo da questão regional-nacional e 2. O processo de consolidação do Estado moderno nacional. No mesmo teatro social as festas do centenário de Bolívar (1883) foram ensejadas como forma de comunicação social das políticas imbuídas de reordenar e regenerar a República. De maneira que, o entendimento das articulações— entre significados e sentidos — internas à festividade, perpassa diretamente pela compreensão da escalada do período de crise, ao qual o projeto nacional guzmancista pretende finalizar.

De certa forma, a dificuldade histórica em estabelecer um programa nacional reflete a instabilidade político-institucional venezuelana. Desde 1811, como demonstra José Carlos Chiaramonte (2004, p. 72), as reações das elites regionais, ciosas das pretensões hegemônicas do *Ayuntamiento* de Caracas, são um empecilho para a formulação em termos constitucionais de um prospecto de Nação. Embora sequentemente pautados no republicanismo constitucional, o seguinte momento de independência política da Venezuela (1830-1858) não foi mais que uma dissimulação da presença do *caudillo* hegemônico representante dos interesses da oligarquia – seja ele José Antonio Paéz ou os irmãos Monagas na década da autocracia liberal (1848-1858).

Desde a ruptura do nexos colonial, foi só com o fim dos conflitos da Guerra Federal (1863) que se aventou a possibilidade real da Venezuela pôr em exercício um projeto nacional. A ascensão da causa liberal-democrática, vitoriosa do debate em armas, não desencadeou a aniquilação dos conservadores. Muito pelo contrário, ao fim do conflito se estabeleceu uma paz entre os grupos políticos, sem que houvesse ostracismo ou humilhação dos derrotados. O tratado de Coche (1863) – marcado pelo intuito conciliatório e a habilidade diplomática de Guzmán – procurou estabelecer um domínio político tolerante por parte dos liberais, sem que se fosse quebrada a organização interna do poder nacional.

Por sua vez, a desconfiança nos grupos populares, que almejavam ganhar importância na vida política, acarretou um precavido conjunto de ações dos liberais. As transformações jurídico-sociais promovidas pelo *Decreto de Garantías* de 1863 e pela *Constitución* de 1864, podem ser entendidos como medidas articuladas a uma plataforma liberal-democrática direcionadas a aliviar as agitações sociais e afastar o povo da ação insurrecional. O que Carrera Damas, em sua historiografia social, descreveu como “[...] salida de las masas del escenario político, obra de la canalización formal de los [...] conflictos sociales [...]” (1983, p. 30) é que podemos elencar em

medidas como: abolição da pena de morte; liberdade de imprensa; estabelecimento de igualdade jurídica; universalização da liberdade com a abolição perpétua da escravidão; configuração do sistema representativo do povo – no sentido de todos os cidadãos do Estado – através do sufrágio universal; e por fim, a declaração de nulidade do poder usurpado pelas armas ou pela reunião subversiva do povo.

Ou seja, entre 1863 e 1864, houve um investimento em políticas constitucionais, de bojo federalista, interessadas na pacificação nacional por meio do acordo entre elites e do arrefecimento das demandas populares. Ainda assim, a estabilidade almejada não fora alcançada de imediato. Só depois de meia década da falida experiência federativa de Juan Crisóstomo Falcón (1863-1868) e do breve reestabelecimento da “dinastia republicana” dos Monagas (1868-1870), a Revolução de Abril (1870) leva ao poder Antonio Guzmán, pondo fim definitivo a anarquia política pós-Guerra Federal. Até então conhecido como *El Ilustre Americano*, o *caudillo* de abril, doravante exercerá por quase duas décadas a preponderância no alto plano político venezuelano, cujo legado lhe valerá outro marcante cognome: *Autocrata Civilizador*.

Reformulando a política pactualista com os *caudillos* regionais, na qual fracassara Falcón, Guzmán deu início a um programa de modernização nacional alinhado ao escopo de agregar a Venezuela à ordem capitalista mundial. Em seu primeiro período de governo, o *Septenio* (1870-1877), foi necessário sobretudo reedificar a capacidade produtiva do país, a essa altura desbaratada pelos anos de cruentas guerras civis, e orientá-la a um modelo agroexportador.

Independente de seus entendimentos sobre o funcionamento interno do aparato governamental, os autores em geral tendem a focalizar seus estudos em análises acerca da lógica que articulou os poderes regionais ao governo central, asseverando sua consciência da questão regional como fundamental compreensão do cenário (CARRERA DAMAS, 1983; FLOYD, 1988; IRIARTE, 2006). Nesse ínterim, atentar para o significado de marcos políticos – como o programa de centralização da economia e do fisco em marcha a partir de 1870 – é fundamental para sustentar a proposição de que um dos debates políticos capitais para o guzmancismo se expressava na lida com as centrífugas forças da *caudillaje* local.

3. A questão regional no âmbito da política econômica centralista: entre negociações e cooptações

Decidido a não repetir o destino de seu antecessor, o *Ilustre Americano* alicerçou a espinha dorsal de sua gestão no combate à desordem administrativa, e no restabelecimento da autoridade do executivo nacional. Com o fim da resistência à Revolução de Abril, a administração federal instituiu o respeito às soberanias estaduais em consonância com os interesses dos grupos vitoriosos. Esse discernimento vigorou principalmente em relação a aspectos político-administrativos¹. Ao revés, na economia a ação guzmancista assentou-se em disposições centralistas.

Desde 1864 a constituição federal estabelecia como compromissos dos estados: o não estabelecimento de aduanas fiscais, sendo esse exercício reservado ao governo nacional; a livre administração sobre seus produtos naturais, dando ênfase às minas e salinas; e o recebimento de rendas nacionais, excetuando os estados com minas em exploração (VENEZUELA, 1864, p. 8-9). Valendo-se da incapacidade produtiva das economias regionais, desbaratadas pelos anos de contíguas guerras, o *Ilustre Americano* estabeleceu acordos que vinculavam o financiamento do tesouro nacional, tendo em contrapartida a concessão das explorações de aduanas e minas por parte dos Estados e em favor da administração pública (FLOYD, 1988, p. 141-143).

Encoberto pelo mote financeiro acomodava-se um implemento de alianças, através do qual se podia garantir a influência da administração federal sob forças regionais. Para Carrera Damas, nesse arranjo estava subentendido que “[...] no sería necesario lazarse a la aventura de una revolución para participar del Erario; este llegaría a las manos de los caudillos regionales en forma de cuotas anticipadas que nutrirían el sistema local de lealtades” (1983, p.37).

Na medida em que a “nacionalização” do fisco e da economia se edifica, levantam-se as resistências às composições de poder guzmancista. Dentre os vários momentos em que a aliança do governo com os *caudillos* foi tensionada, três são exemplares da eficácia e capacidade de reação do *guzmanato*: a execução de Matias Salazar em 1872; a rebelião de Coro de 1874; e as reformas territoriais de 1874, 1879 e de 1881

Outrora herói da Federação, Salazar logo se lançou – em armas – contra ela, insatisfeito com os rumos da administração liberal. Capturado em 1872 com o fim de sua revolta, é levado ante um tribunal marcial e condenado ao fuzilamento, sob direção

¹ Eram constantes os recursos do governo central à mediação interna dos *caudillos* na lida dos conflitos regionais, prescrevendo-lhes deliberações pacíficas das disputas dentro de suas esferas de influência. Em outras ocasiões, de cismas mais persistentes, a alternativa foi o despacho comissionados para interceder nas querelas (FLOYD, 1988, p. 138).

de Guzmán. Talvez esse seja o ponto onde a argumentação da sobreposição da violência do Estado à legalidade, como mote do *guzmanato* (IRIARTE, 2006), tenha maior fôlego, pois o episódio violou explicitamente a normatividade constitucional que extinguiu a pena de morte. Ao estimular como juízo uma exceção legal, se desvela o caráter autocrático da gestão guzmancista; ao passo em que se demonstra que a influência pessoal do *Ilustre Americano* fora suficiente para convencer todos os 24 generais, que compunham o tribunal, a eliminar um semelhante por um crime que os mesmos haviam cometido no passado (FLOYD, 1988, p.150). Dito de outro modo, a execução foi um ato exemplar, uma demonstração pública de força política.

Pode-se estipular as repercussões desse ato quando em 1874 estoura a rebelião de Coro, o último grande desafio da relação regional-nacional durante o *Septenio*. Ao revés das expectativas dos revoltosos, os demais *caciques* organizaram-se a fim de suprimir o levante antes que ele pudesse ganhar proporções mais amplas, alinhando suas tropas prontamente ao comando do chefe nacional (FLOYD, 1988, p. 153).

De ambas situações *el Ilustre Americano* saiu fortalecido, podendo regozijar-se de não ser atacado por deserções ou traições do generalato da Federação. O desfecho desses episódios elucida sua alternativa em não “declarar guerra” ao *caudillismo*. Afinal, seu exercício de poder só foi possível devido a uma muito bem articulada rede diplomática que dispôs as lideranças regionais a seu serviço. O resultado dessa articulação regional-nacional, foi uma situação de tranquilidade institucional: ainda que a intervenção militar do governo central aparecesse sempre como possibilidade, “[...] en ninguna ocasión durante el Septenio las fuerzas armadas mantenidas a expensas del Gobierno Nacional enfrentaron las fuerzas de de algún caudillo para decidir asuntos internos de la región.” (FLOYD, 1988, p. 138)

A estabilidade política permitiu que se alocassem esforços em outras frentes. A ver, a reforma constitucional de 1874, que além de estender o atual governo, preocupou-se com a manutenção da harmonia social ao pautar a questão sucessória. Estabeleceu-se, a partir de então, um período presidencial de dois anos e proibiu-se a reeleição, projetando uma maior rotatividade entre as lideranças locais no poder executivo federal.

Outro ditame em relação à nova constituição, a renomeação de alguns Estados, participou de uma sequência de transformações nas estruturas administrativas venezuelanas ensejadas pelo *guzmanato* a fim de solapar o poder dos *caudillos* regionais. A priori, como uma medida de cunho ideológico no sentido clássico – ilustrando a capacidade egolátrica do *Autocrata civilizador* – os Estados de Barinas,

Coro, Caracas, Mérida, Aragua, e Margarita passaram a se chamar, respectivamente, Zamora, Falcón, Bolívar, Guzmán, Guzmán Blanco e Nueva Esparta, em alusão ao panteão de heróis do partido liberal (Ver Quadro 1).

Passado o curto e tumultuado governo Linares Alcántara, a Revolução Reivindicadora (1879) acarretou a volta do *Ilustre Americano* nomeando-o *Director Supremo de Venezuela*. Iniciou-se o período conhecido como *Quinquenio* (1879-1884), e logo no congresso de plenipotenciários, convocado para garantir a “legalidade” de seu novo governo, Guzmán buscou organizar militarmente o território nacional em cinco distritos sob o comando de seus generais mais leais (ARTIGAS DUGARTE; BRIZUELA, 2004, p. 16-17; LOPEZ; SANCHEZ, 1988, p. 79-80) (ver Quadro 2).

Por fim, o projeto da redução da quantidade de Estados, já pleiteado em 1879, foi ratificado pela constituição de 1881. Com o pretexto de fortalecer as autonomias locais, Guzmán conseguiu diminuir substancialmente a quantidade de *caudillos*. De 20 entidades federais, a Venezuela passou a se dividir em sete grandes Estados (ver Quadro 1), o que em teoria, simplificaria a relação entre os elementos regionais e a força centralizado do *guzmanato*. Como analisa Isaac López:

La creación de grandes estados por parte del Guzmancismo no pretendió consolidar la vocación autónoma de las regiones, ni fortalecer sus planteamientos de independencia frente a las regulaciones del poder central. Al contrario, nos atrevemos a plantear que la unión de los estados no surgió desde las entidades —aunque en la época así se publicitó—, sino que fue parte del proyecto de Guzmán Blanco para debilitar los liderazgos regionales, y consolidando la tendencia centralista, fortificar aún más su prestigio y autoridad. (2004, p. 90)

O projeto guzmancista, não seguiu sem resistência. Em 1882 instalam-se rebeliões em Carabobo, Guzmán Blanco e Barquisimeto. No ano seguinte, o debate político sobre a questão regional e o centralismo – seja em armas, em imprensa, ou no congresso – continuou em pauta. Em meio ao turbilhão das contendas, a efeméride do centenário de Simon Bolívar proporcionou ao *guzmanato* uma oportunidade de legitimar sua tentativa de resolução para o drama social instaurado.

Entre o centralismo e o respeito às autonomias locais, seria mais prudente pensar o período pelo viés da rearticulação das forças regionais *pari passu* estimula-se o fortalecimento das instituições republicanas. Nesse ínterim, a investigação das festas bolivarianas proporciona a compreensão de como o governo Guzmán procurou

estabelecer uma comunicação pública legitimando sua pauta de regeneração social, em supressão à crise instaurada no bojo da questão regional-nacional.

4. O empreendimento festivo do *guzmanato*

As festas em homenagem a Simon Bolívar são eventos recorrentes na história venezuelana. Nos tempos da guerra de independência, a espontaneidade das comemorações surge na medida em que cresce a popularidade de Bolívar como chefe do Exército Libertador. Eduardo Reinato, ao examinar o processo de heroicização bolivariano, situa as honras públicas, prestadas ao Libertador e suas tropas, na elaboração de “[...] uma linguagem gestual, teatralizando e estetizando” (SILVA *apud* REINATO, 2000, p.60) uma nova configuração do poder político independente.

A eficiência do festejo como reconhecimento de uma pauta em meio a debates políticos garante sua continuidade, ainda que a mesma esteja à disposição das transformações históricas e necessidades contextuais. A variação de formas entre triunfo militar, cortejo fúnebre e oferendas apoteóticas, não faz mais que deixar tácito a periódica reatualização do mito bolivariano em performances públicas que respondem a questões de seu tempo.

Dessa forma, é razoável que pensemos tais comemorações a partir da caracterização de ritual para Mariza Periano: dentro de suas lógicas comunicativas, encarando o discurso e o ato como ações sociais com intenções e efeitos singulares. Portanto nos é muito caro o marco conceitual de Stanley Tambiah, no que diz que:

O ritual é um *sistema cultural de comunicação simbólica*. Ele é constituído de sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, em geral expressos por múltiplos meios. Estas sequências têm conteúdo e arranjo caracterizados por graus variados de formalidade (convencionalidade), estereotipia (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição). A ação ritual nos seus traços constitutivos pode ser vista como “performativa” [...]. (TAMBIAH *apud* PERIANO, 2003, p. 11, destaque nosso)

Para Pedro Cazaldilla (1999, p.122), o incremento das festividades cívicas no quartel final do século XIX pode estar relacionado à eficácia de seu parâmetro comunicativo numa sociedade composta majoritariamente por não-letrados. Durante o *guzmanato* essa estratégia se converteria em política de Estado, contando com grande incentivo por parte do executivo nacional. Seu ímpeto mais comum se direcionou a heroicização de personagens históricos ligados à causa liberal em atos públicos, como

um esforço direcionado à percepção de uma integração venezuelana por meio da comunhão de celebração e de memória. Segundo essa fórmula, a composição do panteão nacional venezuelano possibilitou sucessivas efemérides: as honras fúnebres aos nomeados “los mártires de la causa popular” Ezequiel Zamora, José Gregorio Monagas e Manuel E. Bruzual em 1872; a glorificação de Juan Crisóstomo Falcón em 1876; e o traslado dos restos mortais de José Maria Vargas em 1877. (SALVADOR, 2001, p. 312-316). De maneira paralela, o guzmancismo cuidou de seu próprio enaltecimento, instituindo desde 1874 a comemoração anual da vitória do liberalismo na Revolução de Abril (CAZALDILLA, 1999, p. 115).

Diante de tamanho afã comemorativo, as homenagens a Bolívar seguiram como sistema cultural preferencial no estabelecimento das pautas do Estado. Nesse período, se concretizaram nada menos do que quatro singulares apoteoses do Libertador: 1. A exibição de pertences de Bolívar na “Fiestas de la Paz” (1872); 2. A inauguração da estátua equestre do Libertador em Caracas (1874); 3. O traslado de seus restos mortais do mausoléu da família ao Panteão Nacional (1876); 4. E por fim, a mais faustosa dentre todas, o centenário de Bolívar (1883).

A recorrência de comemorações incidindo principalmente sobre o bolivarianismo, conduz a um consenso entre os historiadores sobre o papel elementar do *guzmanato* na composição oficial do culto a Bolívar². Não há exagero em se imaginar, como o faz Harwich (2003, p.12), que essa consolidação foi aproveitada por Guzmán para projetar-se como continuador da obra do Libertador, principalmente com o centenário de 1883. O que se deve criticar, entretanto, é que o conjunto da performance pública possa ser explicado como fruto de uma fixação do *Autocrata Civilizador* com a imagem de Bolívar.

Os comentários de Léa Freitas Perez, ao analisar a antropologia das efervescências coletivas, ilustram que mais do que o papel do objeto celebrado em si, o centro da ritualística reside na relação que o grupo celebrante estabelece com o valor destinado ao elemento de culto. Dito de outro modo “[...] o que é efetivamente

² Ver CARRERA DAMAS, 2003, p. 151 e 316; CAZALDILLA, 1999, p. 115; ROJAS, 2011, p. 168; e ITURRIETA, 2003, p. 42-49. Ademais cabe apontar que essa conflagração não se operou exclusivamente no âmbito celebrativo, senão contou com o embasamento de debates intelectuais e historiográficos a partir da produção de personagens como Francisco Gonzalez Guinán, Aristides Rojas e mesmo Antonio Leocadio Guzmán; como também com o que Nikita Harwich descreveu como lugares de memória concretos: a construção da Plaza Bolívar e do Panteão Nacional, em Caracas; e a criação do Bolívar como moeda nacional (HARWICH, 2003, p.12).

significativo, ou mais apropriadamente dizendo, significante é a ligação afetiva operada, e não aquilo que liga.” (PEREZ, 2002, p. 26-27).

Destarte as festas bolivarianas não podem ser justificadas pelo rompante egolátrico de Guzmán, sob o risco de serem reduzidas às vinculações produzidas entre as imagens de ambos. De maneira semelhante, quando Harwich aponta para a ruptura na produção historiográfica acerca de Bolívar a partir do *guzmanato*, “[...] entre una *vulgata*, repetida y reproducida a la manera de un credo y la dinámica evolutiva de las interpretaciones acerca de su figura, personalidad y actuación” (2003, p. 12), limita o papel pragmático da primeira ao atribuir-lhe um valor reiterativo. Em ambos os casos, observamos uma preponderância da análise do mito, sem ter-se em conta que sua indissociação do rito na performance pública é o que lhe confere o papel de comunicação simbólica. É pertinente, portanto, que lancemos um olhar a festa do centenário de Bolívar, atentando para o drama social venezuelano, a fim de compreender os sentidos e significados postos em cena.

5. O centenário de Bolívar: comunicação simbólica do projeto nacional

A celebração dos cem anos do natalício do Libertador em 1883, representou o ápice das *fiestas patrias* no guzmancismo. Planejados desde 1881, os faustos da comemoração significaram um grande investimento por parte do Estado, tanto no campo financeiro como na arena política. Um dos escopos plausíveis para tal intento era o estabelecimento de uma pauta conciliatória ao redor do projeto nacional venezuelano, no marco dos debates políticos acerca da questão regional-nacional. Essa possibilidade consolidou-se com a observação do papel ativo na formulação das atividades por parte do governo e de seus intelectuais mais próximos, uma vez que *El Ilustre Americano* foi criterioso ao nomear a *Junta Directiva del Centenario*, além de garantir que suas resoluções levariam o selo dos decretos presidenciais³.

O resultado dessa comissão de intelectuais foi a programação oficial aprovada em julho de 1882, a qual, com pequenas alterações, foi efetuada no ano seguinte em Caracas (ver Quadro 3). É perceptível que entre os dias 23 de julho a 2 de agosto,

³ Pelo decreto presidencial de 3 de setembro de 1881, a comissão, da qual deriva a *Junta Directiva do Centenário*, seria composta por figuras importantes dos campos político e intelectual venezuelano: Antonio Leocadio Guzmán (pai do presidente Guzmán Blanco) como seu dirigente; Pablo S. Clemente; Fernando S. Bolívar (sobrinho de Simón Bolívar); Andres A. Level; Dr. Aristides Rojas; Dr. Manuel Vicente Díaz; e Dr. Augustín Avelado. Além disso, o mesmo decreto garante que todas as decisões do grupo passem pelo crivo do executivo nacional para sua aprovação. (ERNST, 1884, t. II, p. 3-4).

poucos eventos foram efetivamente destinados a honrar a memória do prócer venezuelano. Em contrapartida, o mote do progresso (tecnológico, urbano e intelectual) como escopo final do projeto nacional venezuelano, ocupa um lugar privilegiado no calendário.

A leitura do discurso inaugural do centenário pode deslindar as escolhas da organização do evento. Em 24 de julho de 1883, passados exatos cem anos do nascimento do Libertador, Guzmán profere a conferência de abertura do centenário de Bolívar, deixando evidente os objetivos centrais da festa:

La paz, la libertad, el orden, el inesperado como transcendental progreso del Septenio y de la Reivindicación [o periodo do Quinquenio], la nueva Venezuela, la Venezuela transformada, esta Venezuela de Hoy [...]. Bolívar [...] allá en el fondo del tiempo mirando hacia el porvenir, lo que contemplaba [...] era esta Patria constituida, organizada y próspera, con la inauguración hasta de ferrocarriles, muestra evidente de que entramos ya en los horizontes que ilumina el sol de la verdadera y grande civilización. Nunca la Patria se vio más sólidamente consolidada, ni tampoco alcanzó jamás semejante próspero desenvolvimiento (...) (CASTELLANOS, 1983, t. I, p. 233).

Ramon Hurtado Sánchez, observador privilegiado das cerimônias, empenhado na escrita das crônicas de *Las fiestas del primer centenario del libertador Simon Bolivar* (1883), reiterou a imagem da Venezuela a qual o *Autocrata Civilizador* se refere: uma Venezuela que, passado o caos das guerras civis, se mostra regenerada e pronta para integrar o rol das civilizações modernas; um país que Bolívar imaginou, mas só a boa administração guzmancista conseguiu pôr em prática pelos princípios da paz e do progresso (SANCHEZ, 1883, p. 61-62).

Ao lado da programação festiva, a fala inaugural do *Ilustre Americano* tinha uma função primordial em dar o tom oficial da festa: a inauguração de ferrovias; a construção da magnífica *Santa Capilla* em menos de três meses; a instalação da *Correspondiente de la Real Academia Espanhola de la Lengua*; o exercício do projeto de nação que há tempo fora iniciado por Bolívar; tudo foi passível graças ao sucesso do *Septenio* em implementar a paz social, a ordem da hierarquia política e o progresso em seus vários matizes. Dito de outro modo, o centenário propôs uma demonstração performática da eficiência do projeto nacional em dirimir o drama social instaurado.

Esse “espetáculo” tinha dois destinatários específicos. O primeiro era um espectador externo, o mundo na figura das nações amigas convidadas a tomar parte das celebrações. Como bem nota Pino Iturrieta, além dos emissários de nações ibero-

americanas, participaram das festas em Caracas “[...] enviados diplomáticos de [...] Estados Unidos de América, Gran Bretaña, Bélgica, España, Alemania, Portugal y Grecia. No estamos en frente a un anuncio [simplemente] doméstico sino ante a una proclamación *urbi et orbi*.” (2003, p. 51). No esquema de nação liberal do *guzmanato* estava implícita a integração do país ao sistema capitalista global. Ao aventar a resolução dos conflitos nacionais numa cerimônia orquestrada pelos preceitos de paz, ordem e progresso; a Venezuela se mostrava como espaço seguro para o investimento de nações industrializadas, como quem diz ao globo “[...] apenas ha cortos años que soy libre y soberana y ya quiero poseer todas las adquisiciones de vuestra civilizada y prolongada existencia; apenas he descansado un momento de las fatigas de la guerra civil y ya me siento llena de vida y de vigor” (SANCHEZ, 1883, p. 61-62).

O segundo espectador é interno: trata-se da própria Venezuela, tanto os grupos populares, como as elites locais. O elemento regional é chamado a concelebrar o centenário emulando em suas cidades a programação nacional de Caracas. De maneira que a edificação dos festejos ao redor do país pode ser entendida como um exemplo da hierarquização da vida política dedicada a contornar os entraves da questão regional.

Observemos o caso de uma cerimônia fora do âmbito nacional. A cidade de Puerto Cabello, em Carabobo, foco histórico de resistência oligárquica, celebrou o centenário do Libertador segundo as disposições, primeiro do executivo nacional, e depois do presidente do Estado. A esfera de comando funcionou nos padrões que o *Septenio* desenvolvera, negociação e cooptação das elites locais; e não só a forma, como também os conteúdos são orientados de “cima para baixo”. Um dos eixos centrais da festa em Puerto Cabello é a celebração paz alcançada por um arco que vai de Bolívar a Guzmán (RECUERDOS DEL CENTENÁRIO, 1883, p. 8).

Outro aspecto da efeméride era a pretensão de simultaneidade de alguns eventos. A começar pelo programa nacional que previa no dia 23 de julho a Apoteose do Libertador “[...] con festividades religiosas, a la misma hora, en todas las iglesias de la República” (CASTELLANOS, 1883, t. I, p. 79). Essa intenção se apresenta de forma análoga na circunscrição de Carabobo: o governador Hermójenéz López, por meio de decreto estadual, estabelece que no dia 23 todos os chefes municipais concomitantemente cuidem do fechamento de toda atividade comercial e industrial para que a população possa integrar-se às festas, ao sinal do “[...] repique general de campanas en todas las Iglesias del Estado y en la noche iluminación general y fuegos artificiales en las plazas públicas.”; no dia seguinte todas as cidades do Estado deveriam

ser acordadas por salvas de artilharia em suas praças públicas, e só se deixariam dormir depois de uma noite iluminada por fogos de artifício (RECUERDOS DEL CENTENARIO... 1883, p. 18-19).

Os efeitos destes atos coletivos abrangiam a naturalização da integração nacional e das unidades federativas, conforme o novo padrão da constituição de 1881. Por outro lado, ao mesmo tempo em que através do compartilhamento performático se delineava unidade, também se reafirmavam a centralidade política de núcleos urbanos capazes de ditar comando sobre determinada região (Caracas no âmbito nacional; e Puerto Cabello quanto a Carabobo).

O evento que encerra as festas do Centenário tem uma coerência semelhante em sua proposta. Entre 02 de agosto e 04 de setembro, a *Exposición Nacional del Centenario* trataria de exibir produtos de todas as regiões venezuelanas em oito seções: produtos naturais e agrícolas; máquinas e utensílios; produtos industriais; belas artes; publicações oficiais; pertences do Libertador; animais; e horticultura e floricultura (CAZALDILLAS, 1983, t. II, p. 101). Essa composição possibilitava aos venezuelanos e ao mundo conhecer a Venezuela – estruturada em seus Estados – evidenciando uma nação e os resultados de seu progresso material, intelectual e político. A impressão das crônicas de Sanchez sobre esse evento em particular é interessante na medida em que consegue sintonizar uma leitura holística do conjunto das festas:

[...] Es en su gobierno [de Guzmán] y bajo los benéficos de la paz y el progreso que hoy [sic] regenerada, ha tenido tiempo para hacer renacer sus industrias y las artes; para explotar su riqueza territorial; y para prepararse y mostrarle al mundo que ella tiene el tesoro inagotable de espléndidas riquezas; por eso reserva para lo último su Exposición Nacional, para que sin otra cosa que llame la atención puedan medir el caudal de su riqueza territorial. (SANCHEZ, 1883, p. 97)

Dito de outra forma, a explanação de Sanchez, muito atenta ao projeto nacional do *guzmanato*, tem conhecimento do papel das festas em resposta ao drama social venezuelano. De forma que as constantes alusões à paz social e ao progresso não lhe causam estranhamento, muito pelo contrário, são a forma mais própria para celebrar o Centenário do Libertador.

6. Considerações finais

Nesse estudo propusemos um afastamento das perspectivas que tendem a definir a festa como sacralização, ou produto ideológico da legitimação de governos ou narrativas históricas. Em contrapartida, alçamos o entendimento das festividades como debates políticos em aberto, campos onde se põem em prática tentativas de resoluções de situações de conflito, dramas sociais. Esse recurso, aliado à observância da possibilidade de resistências, discordâncias ou fracasso da resolução apresentada, permite a compreensão da festa como parte de um fenômeno social ainda inacabado em seu momento de execução.

Persiste, então, a probabilidade de múltiplas consequências da performance pública, assim como a multivocalidade do sistema cultural de comunicação simbólica no qual se inserem. O Centenário de Bolívar é um episódio paradigmático nesse sentido, pois apesar de eficaz em sua função de comunicação coletiva do projeto nacional e do sucesso dos eventos de Caracas, a ocasião também foi utilizada para denotar descontentamento com o centralismo do *guzmanato*.

Segundo demonstra Nilda Bermudéz (2008), as elites locais da Secção de Zulia – incorporada ao Estado Zulia-Falcón em 1883 – se ressentiam da recente perda de autonomia política. De forma que na composição dos festejos locais em homenagem a Bolívar, os coletivos e grêmios se valeram desse sentimento para a construção de uma performance pública assentada no orgulho pátrio zuliano.

Os governos de Guzmán Blanco não conseguiram efetivamente desbaratar o poder interno das elites locais. Seu hábil tato diplomático, por outro lado, foi um meio importante para submeter os *caudillos* regionais às suas ordens e estabilizar os conflitos internos. De forma que seu papel na edificação do Estado Moderno venezuelano foi incontestado.

Os recursos às festas cívicas, em especial as bolivarianas, foram elementos oportunos para fazer público o projeto nacional que se construía. Como parte dessa estratégia, o centenário de Simon Bolívar em Caracas cumpriu com um papel político-pragmático, ou seja, mais do que promover a unanimidade festiva, a celebração se preocupou em evidenciar um país unificado em seus recortes, nos moldes das constituições federais de 1874 e 1881. Nessa performance pública, ao passo em que a questão regional sucumbiu cada vez mais às ordens de Caracas, a soberania nacional ocupou um lugar naturalizado sob o auspício semidivino, como se já estivesse estabelecida pelo Libertador desde seu fabular debate com Cronos no alto do Chimborazo (BOLÍVAR, 1842 [1822], p. 62-63).

Referências bibliográficas

- ALVARADO, Lisandro. *Historia de la revolución federal en Venezuela*. Caracas: Universidad Centroccidental Lisandro Alvarado, 2009.
- ARTIGAS DUGARTE, Yuleida. *La reforma territorial de 1881 y la reducción de los estados en Venezuela*. *Geoenseñanza*, vol 13, p. 175-184, 2008.
- ARTIGAS DUGARTE, Yuleida; BRIZUELA, Jean Carlos. Ideas y discusiones sobre la administración territorial en Venezuela (1870-1899). *Presente y Pasado*. Revista de Historia, v. 19, n. 37, p. 9-36, 2014.
- BERMUDEZ, Nilda. Las Fiestas Centenarias De Bolívar Y Urdaneta (1833-1888). Respuestas Del Colectivo Zuliano En La Lucha Por El Rescate De La Autonomía Política Del Estado. *Tzintzun*. *Revista de Estudios Históricos*, Zulia-VE, n. 48, p. 149–178, 2008.
- BOLÍVAR, Simón. Mi delirio sobre el Chimborazo. In: *Proclamas del Libertador Simón Bolívar*. Caracas: Imprenta de “El Venezolano”, p. 62-63 [1823] 1842
- CALZADILLA, Pedro. El olor de la pólvora. Fiestas patrias, memoria y Nación en la Venezuela guzmancista 1870-1877. *Caravelle*, n°73, p. 111-130, 1999.
- CARRERA DAMAS, Germán. *El culto a Bolívar: esbozo para un estudio de la historia de las ideas en Venezuela*. Caracas: Alfadil Ediciones, 2003.
- CARRERA DAMAS, Germán. La cuestión regional y el proyecto nacional venezolano en la segunda mitad del siglo XIX. In: PALACIOS, M. *La Unidad nacional en América Latina*. México, D.F.: Colegio de México, Centro de Estudios Internacionales, 1983. p. 21-50.
- CARRERA DAMAS, Germán. *Venezuela: proyecto nacional y poder social*. Mérida: Universidad de Los Andes Vicerrectorado Académico; Instituto de Investigaciones Literarias “Gonzalo Picón Febres”, 2006.
- CASTELLANOS, Rafael. *Caracas 1883 (centenario del natalicio del Libertador)*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1983. 2 t.
- CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado en Iberoamérica. El lenguaje político en tiempos de las independencias*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2004.
- Constitución de los Estados Unidos de Venezuela*. Caracas: Imprenta de Valentín Espinal é Hijos, 1864.

ERNST, Adolf. *La exposición nacional de Venezuela en 1883*. Caracas: Imprenta de “La Opinión Nacional”, 1884. 2 t.

FLOYD, Mary. *Guzmán Blanco: la dinámica de la política del septenio*. Caracas, Instituto Autónomo Biblioteca Nacional, 1988.

HARWICH, Nikita. Un héroe para todas las causas: Bolívar en la historiografía. *Iberoamericana* (2001), 7-22, 2003.

IRIARTE, Alexánder. T. *7 Ensayos de historia de Venezuela*. Caracas: Fondo Editorial IPASME, 2006.

ITURRIETA, Elias Pino. *El divino Bolívar: ensayo sobre una religión republicana*. Madrid: Catarata, 2003.

LOMNÉ, George. “La Revolución francesa y la ‘simbólica’ de los ritos bolivarianos”. *Historia Crítica* (Revista del Departamento de Historia de la Universidad de los Andes), vol. 5, p. 3-17, 1991.

LÓPEZ, Ana B. García.; SÁNCHEZ, Carmen Rico. *Antonio Guzmán Blanco: El ilustre americano*. Madrid: Anaya, 1988.

LÓPEZ, Isaac. Ni juntos ni revueltos. Las Constituciones de 1864 y 1881. Elementos críticos y una respuesta regional. *Ensayos Históricos. Anuario del Instituto de Estudios Hispanoamericanos*, 16, p.83-100, 2004.

PEIRANO, Mariza. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

PEREZ, Léa Freitas. Antropologia das efervescências coletivas. In: PASSOS, M. (Org.). *A festa na vida: significado e imagens*. Petrópolis: Vozes, 2002.

Recuerdos del centenario del Libertador en Puerto-Cabello: colección de artículos, documentos oficiales y discursos publicados por "El propagador comercial," sobre la magna festividad con que se celebró en Puerto Cabello el primer centenario del Libertador Simón Bolívar, el 24 de julio de 1883. Puerto Cabello: Impr. de R. Escovar, 1883.

REINATO, Eduardo José. *El Quijote de los Andes: Bolívar e o imaginário da independência na América, 1810-1830*. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

ROJAS, Reinaldo. *Venezuela: fiesta, imaginario político y nación*. San Felipe: UNEY, 2011.

SALVADOR, José. *Efímeras efemérides: Fiestas cívicas y arte efímero en la Venezuela de los siglos XVII-XIX*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2001.

SANCHEZ, Ramon Hurtado. *Las fiestas del primer centenario del libertador Simon Bolívar*. Caracas: Impr. Editorial, 1883.

TORRES, Ana Teresa. *La herencia de la tribu: Del mito de la independencia a la revolución bolivariana*. Caracas: Editorial Alfa, 2009.

TURNER, Victor. *Dramas, campos e metáforas: Ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: EdUFF, 2008.